

A COMUNICAÇÃO POLÍTICA E A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA HISTÓRICA EM ÁFRICA: ENTRE NARRATIVAS COLONIAIS E DEMOCRÁTICAS

POLITICAL COMMUNICATION AND THE CONSTRUCTION OF HISTORICAL MEMORY IN AFRICA: BETWEEN COLONIAL AND DEMOCRATIC NARRATIVES

Maria Helena Francisco
Novela Feliciano

RESUMO: O estudo examina a relação entre comunicação política e construção da memória histórica em África, focando a tensão entre narrativas coloniais e democráticas. Analisa como media tradicionais e digitais moldam percepções da história política, influenciando legitimidade, contestação do poder e participação cidadã. Adoptando abordagem qualitativa teórico-analítica, articula jornais, rádio, televisão e plataformas digitais com a construção social da memória. Evidencia-se o papel central dos media na preservação e contestação de narrativas históricas, e o uso da comunicação política por governos e movimentos sociais para legitimar ou desafiar o poder. Redes digitais ampliam debate público, mas geram desinformação e desigualdade de acesso.

PALAVRAS-CHAVE: comunicação política; memória histórica; África; democracia; media digitais.

Editor
[Bernardino Cordeiro Feliciano](#)

ABSTRACT: This study explores the relationship between political communication and the construction of historical memory in Africa, focusing on the tension between colonial and democratic narratives. It examines how traditional and digital media shape perceptions of political history, influencing legitimacy, power contestation, and citizen participation. Using a qualitative, theoretical-analytical approach, it connects newspapers, radio, television, and digital platforms with the social construction of memory. Media play a central role in preserving and challenging historical narratives, while political communication is employed by governments and social movements to legitimise or contest power. Digital networks expand public debate but also generate misinformation and unequal access.

KEYWORDS: political communication; historical memory; Africa; democracy; digital media.

A COMUNICAÇÃO POLÍTICA E A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA HISTÓRICA EM ÁFRICA: ENTRE NARRATIVAS COLONIAIS E DEMOCRÁTICAS

Maria Helena Francisco Novela Feliciano ¹

Introdução

A comunicação política² em África emerge como um espaço privilegiado de construção e contestação da memória histórica, configurando-se como elemento central para a compreensão das dinâmicas de poder³ e participação cívica no continente. A análise das práticas comunicacionais revela que os media não se limitam a transmitir informações, mas funcionam como instrumentos de legitimação e contestação, moldando percepções coletivas sobre o passado colonial, os processos de independência e as transformações democráticas subsequentes. Neste contexto, torna-se fundamental compreender como os discursos políticos e as narrativas mediáticas interagem com a memória coletiva, influenciando o modo como os cidadãos percebem a história e o seu papel na vida pública.

A primeira dimensão de análise refere-se à reconfiguração da memória histórica através dos media. Os jornais, rádio, televisão e plataformas digitais desempenham um papel decisivo na construção de narrativas sobre o passado político africano, funcionando tanto

¹Mestre em Administração Pública. Docente na Faculdade de Economia e Gestão na Universidade Pedagógica de Maputo. Doutorando em Comunicação na Universidade Unitiva. E-mail: marlenedino262000@gmail.com

² A comunicação política é entendida como o conjunto de práticas e processos simbólicos através dos quais o poder é construído, legitimado e contestado no espaço público, envolvendo a interação entre instituições políticas, media e cidadãos. Para além da propaganda ou do marketing eleitoral, ela estrutura a circulação de informações, narrativas históricas e valores que moldam a opinião pública, a memória coletiva e a percepção da autoridade. A comunicação política assume, assim, um papel central na articulação entre memória, identidade e participação cívica, funcionando simultaneamente como instrumento de legitimação do poder e como mecanismo de contestação democrática no contexto africano.

³ O poder é concebido como uma relação social dinâmica e historicamente situada, construída e exercida através de discursos, símbolos e práticas comunicacionais que moldam a legitimidade, a autoridade e a obediência no espaço público. Mais do que uma imposição coerciva, o poder manifesta-se na capacidade de definir narrativas históricas, orientar percepções coletivas e estabelecer consensos ou conflitos, sendo permanentemente disputado entre Estados, elites políticas, media e movimentos sociais. Nesse sentido, a comunicação política constitui um instrumento central tanto para a consolidação de hegemonias quanto para a contestação democrática das estruturas de dominação.

como veículos de preservação quanto de contestação de narrativas hegemônicas. Estudos contemporâneos demonstram que a forma como os eventos históricos são apresentados influencia profundamente a identidade política e cultural dos cidadãos, contribuindo para a consolidação ou fragmentação de interpretações históricas plurais e, por conseguinte, para o fortalecimento ou enfraquecimento dos processos democráticos.

A segunda dimensão centra-se no papel da comunicação política na legitimação ou contestação do poder. Governos, partidos e movimentos sociais utilizam estratégias comunicacionais para consolidar agendas políticas, justificar decisões institucionais ou mobilizar apoio popular. Ao mesmo tempo, a comunicação política constitui ferramenta de resistência e contestação, permitindo que grupos marginalizados e vozes alternativas desafiem narrativas dominantes, exponham desigualdades históricas e proponham novos entendimentos sobre cidadania e participação democrática. Este processo evidencia a intrínseca relação entre memória, poder e prática política no contexto africano.

O terceiro subponto aborda os desafios e oportunidades da comunicação digital na preservação e contestação histórica. As redes sociais, blogs e podcasts têm ampliado significativamente o alcance das narrativas históricas, proporcionando plataformas para o debate público e para a formação de consciências cívicas críticas. Ao mesmo tempo, estas ferramentas revelam limitações estruturais, como desigualdades de acesso, vulnerabilidade à desinformação e manipulação informacional, que podem comprometer a sua eficácia como instrumentos de fortalecimento democrático.

A análise integrada dessas dimensões evidencia que os media e as tecnologias digitais não são neutros na sua influência sobre a memória histórica. Pelo contrário, atuam como agentes ativos na construção de significados, na promoção de valores democráticos e na contestação de hegemonias políticas. A forma como as narrativas são estruturadas, disseminadas e recebidas condiciona a capacidade dos cidadãos de participar de forma informada e crítica nos processos políticos, reforçando a importância de uma comunicação política consciente e ética.

Além disso, o estudo da interseção entre comunicação política e memória histórica permite compreender os mecanismos de reprodução de desigualdades e exclusões históricas, bem como os potenciais caminhos para a promoção de uma democracia mais inclusiva e

representativa. Ao examinar tanto os efeitos estruturais quanto as práticas discursivas, a investigação contribui para a reflexão sobre a construção de identidades coletivas e o papel do conhecimento histórico na participação política.

A pertinência desta análise torna-se ainda mais evidente quando se considera o impacto das narrativas coloniais e pós-coloniais na configuração das instituições políticas africanas. A comunicação política atua, nesse sentido, como mediadora entre passado e presente, possibilitando a articulação de processos de reconhecimento, legitimação e transformação social. Este diálogo entre memória histórica e ação política é essencial para o fortalecimento da cidadania e para a construção de democracias que respeitem a diversidade cultural e histórica do continente.

Por fim, o artigo organiza-se em três secções principais: a primeira explora a reconfiguração da memória histórica através dos media; a segunda analisa o papel da comunicação política na legitimação e contestação do poder; e a terceira discute os desafios e oportunidades da comunicação digital na preservação e contestação da memória histórica, com ênfase na participação cidadã e na construção de práticas democráticas inclusivas.

Reconfiguração da Memória Histórica através dos Media

A construção da memória histórica em África revela-se indissociavelmente ligada aos processos de comunicação, nos quais os media assumem um papel decisivo na forma como os acontecimentos do passado são narrados, interpretados e legitimados. A memória histórica não é, assim, um fenómeno estático; trata-se de um campo em constante reconfiguração, determinado pelas estratégias comunicacionais adotadas por jornais, rádio, televisão e plataformas digitais. Como destacam Olorunnisola e Hanusch,

os media funcionam como mediadores privilegiados da memória colectiva, seleccionando quais eventos devem ser lembrados, quais narrativas devem ser reforçadas e como estas devem ser interpretadas pelos públicos, exercendo, assim, um poder determinante na construção das identidades colectivas e na percepção do passado (Olorunnisola e Hanusch, 2014, p. 57).

Esta visão evidencia que a narrativa histórica é mediada por escolhas editoriais e políticas que moldam a compreensão pública da história africana.

Historicamente, o rádio tem desempenhado um papel central na consolidação da memória pós-colonial, particularmente em contextos de baixa literacia escrita. Mano observa que

o rádio, ao difundir narrativas de resistência e independência, contribuiu decisivamente para a construção de uma identidade nacional pós-colonial, oferecendo às populações locais interpretações do passado que rivalizavam com as narrativas coloniais anteriormente dominantes, transformando o meio num espaço de educação histórica e mobilização social que possibilitou a construção de uma memória colectiva emancipatória (Mano, 2016, p. 50).

Este fenómeno evidencia a capacidade do rádio de transcender estruturas de poder coloniais, articulando memória, educação e participação política.

A emergência dos novos media e das plataformas digitais transformou profundamente a forma como a história política africana é construída, contestada e negociada. Banda argumenta que “os novos media não apenas ampliam o acesso à informação histórica, mas permitem a contestação das narrativas oficiais, proporcionando espaço para a emergência de vozes marginalizadas e fomentando a participação cívica ativa, onde cidadãos comuns podem questionar interpretações dominantes e reconstruir memórias previamente silenciadas” (Banda, 2019, p. 305). Assim, os media digitais criam arenas públicas de debate histórico que desafiam a hegemonia das narrativas tradicionais, promovendo uma memória mais plural, inclusiva e dinâmica.

A televisão exerce também um papel crucial na reconfiguração da memória histórica, pela sua dimensão visual e performativa. Mbembe sublinha que

a televisão, como meio de comunicação audiovisual, detém um poder simbólico que transforma acontecimentos históricos em experiências sensoriais, reforçando certas leituras do passado e simultaneamente silenciando outras, consolidando imaginários colectivos que podem fortalecer

identidades nacionais e regionais, mas que também reproduzem desigualdades e hierarquias herdadas do período colonial (Mbembe, 2001, p. 122).

Esta dimensão evidencia que a mediação televisiva contribui tanto para a consolidação de identidades como para a reprodução de fragmentações históricas.

O modo como os media abordam o período colonial e os processos de descolonização⁴ é determinante na configuração da memória histórica. Chipkin destaca que

a narrativa dominante sobre o apartheid e a transição democrática na África do Sul reflecte um esforço deliberado de reconciliar tensões históricas, mas simultaneamente corre o risco de simplificar experiências complexas e diferenciadas, criando uma versão oficial da memória que legitima certas interpretações enquanto marginaliza outras vozes dissidentes ou minoritárias (Chipkin, 2007, p. 89).

Tal afirmação evidencia a centralidade do media na legitimação de narrativas oficiais, mas também os seus limites na representação de experiências plurais.

As estruturas institucionais e políticas influenciam directamente esta relação entre media e memória histórica. Nyamnjoh e Page sustentam que

a liberdade de imprensa, as políticas de regulação e o contexto institucional moldam a representação da memória histórica nos media, condicionando a diversidade de vozes, a pluralidade de interpretações e a possibilidade de contestação social, revelando que mesmo em contextos democráticos, a construção da memória permanece permeável a tensões entre controle

⁴ O processo de descolonização é compreendido como uma dinâmica histórica, política e simbólica que ultrapassa a independência formal dos Estados africanos, envolvendo a desconstrução crítica das narrativas coloniais e a revalorização das memórias, identidades e saberes africanos no espaço público. Trata-se de um processo contínuo de disputa discursiva, no qual a comunicação política e os media desempenham um papel central na redefinição da história, da cidadania e da legitimidade do poder, permitindo questionar heranças coloniais persistentes nas instituições, nas representações sociais e nas práticas políticas, ao mesmo tempo que promove a afirmação de projetos democráticos mais inclusivos e enraizados nas realidades locais.

institucional e iniciativas independentes ou comunitárias (Nyamnjoh e Page, 2002, p. 12).

O fenómeno da globalização⁵ mediática intensifica a reconfiguração da memória histórica, permitindo comparações transnacionais de experiências coloniais e pós-coloniais. Falola e Afolabi (2005, p. 43) afirmam que

o fluxo global de informação histórica através de jornais internacionais, redes sociais e plataformas digitais cria novos marcos interpretativos, permitindo que cidadãos e académicos comparem experiências históricas de diferentes contextos africanos e fomentem uma consciência crítica sobre os legados coloniais e pós-coloniais, reforçando a dimensão global do debate histórico (Falola e Afolabi, 2005, p. 43).

A apropriação digital das memórias históricas promove o surgimento de narrativas alternativas, frequentemente geradas por cidadãos e movimentos sociais. Banda (2019, p. 311) salienta que

blogs, redes sociais e podcasts funcionam como instrumentos de democratização da memória histórica, proporcionando a grupos marginalizados a oportunidade de documentar, partilhar e valorizar experiências anteriormente silenciadas pelos media tradicionais, criando uma rede de memórias contestatórias que desafia a centralidade do Estado e dos grandes veículos de comunicação (Banda, 2019, p. 311).

O papel pedagógico dos media na educação histórica é igualmente estratégico. Mano observa que

programas educativos transmitidos via rádio e televisão oferecem múltiplas interpretações do passado, estimulam a reflexão crítica sobre os legados

⁵ A globalização é entendida como um processo multidimensional de intensificação das interconexões económicas, políticas, culturais e comunicacionais à escala mundial, que influencia profundamente a produção, circulação e disputa de narrativas históricas e políticas em África. Este fenómeno reconfigura a comunicação política ao ampliar o alcance dos media digitais, introduzir agendas transnacionais e expor os contextos locais a fluxos globais de informação, valores e ideologias, criando simultaneamente oportunidades de visibilidade, participação e diálogo democrático, bem como desafios relacionados com a homogeneização cultural, a dependência simbólica, a desinformação e o aprofundamento das desigualdades no acesso à comunicação.

coloniais e pós-independência e desenvolvem competências civicamente informadas, demonstrando que os media atuam como agentes de formação histórica, não apenas como transmissores de informação, mas como ferramentas de construção de cidadania e consciência crítica (Mano (2016, p. 60).

As dinâmicas de mercado também moldam a construção da memória. Olorunnisola e Hanusch argumentam que “a seleção de conteúdos históricos nos media é guiada por interesses económicos, audiências e estratégias editoriais, o que faz com que determinadas narrativas recebam maior destaque enquanto outras permanecem marginalizadas, influenciando diretamente a percepção pública do passado e as prioridades narrativas que moldam a memória colectiva” (Olorunnisola e Hanusch, 2014, p. 63).

Além disso, os media contribuem para a preservação de identidades culturais e linguísticas⁶. Nyamnjoh e Page afirmam que “os media africanos desempenham um papel central na preservação de línguas locais e memórias culturais, oferecendo plataformas onde tradições orais e histórias regionais são documentadas e transmitidas para novas gerações” (Nyamnjoh e Page, 2002, p. 15).

A construção da memória histórica através dos media deve ser entendida como um processo dinâmico, onde memória, poder e tecnologia se entrelaçam. Mbembe sintetiza que “a memória do passado africano é constantemente remodelada, ora através da imposição de narrativas oficiais, ora através de iniciativas cidadãos e digitais que questionam e reescrevem as histórias estabelecidas” (Mbembe, 2001, p. 135).

Em suma, a análise da reconfiguração da memória histórica através dos media evidencia que a construção do passado em África não é neutra nem linear, mas profundamente marcada por relações de poder, interesses políticos e dinâmicas sociais. Os

⁶ As identidades culturais e linguísticas são compreendidas como construções sociais e históricas dinâmicas, resultantes da interação entre memória colectiva, práticas comunicacionais e experiências políticas vividas pelas sociedades africanas. Elas expressam modos próprios de pertença, representação e interpretação do mundo, sendo continuamente (re)configuradas no confronto entre heranças coloniais, projetos nacionais e influências globais. No âmbito da comunicação política, essas identidades assumem um papel estratégico na afirmação da diversidade, na reivindicação de reconhecimento e na contestação de narrativas hegemónicas, contribuindo para a construção de espaços públicos mais plurais e inclusivos.

media funcionam como mediadores centrais, determinando quais narrativas são visibilizadas e quais permanecem marginalizadas, enquanto contribuem simultaneamente para a legitimação de determinadas agendas e para a contestação de estruturas hegemônicas. Este processo demonstra que a memória histórica é um campo de negociação constante, onde interpretações concorrentes disputam espaço público, influenciando diretamente a percepção colectiva do passado e as identidades nacionais e regionais.

Os meios tradicionais, como rádio e televisão, mantêm um papel estratégico na construção da memória histórica, sobretudo ao conectar populações com experiências vividas e permitir a circulação de narrativas nacionalistas e pós-coloniais. No entanto, estas formas de media também reproduzem desigualdades estruturais e hierarquias herdadas, refletindo limitações institucionais e políticas que restringem a pluralidade de vozes. A centralidade do Estado e dos grandes grupos mediáticos na definição do que deve ser lembrado revela a tensão constante entre media como instrumento de educação histórica e como mecanismo de controle simbólico sobre o passado.

O advento dos novos media digitais transformou significativamente este panorama, abrindo espaço para vozes anteriormente silenciadas e para a emergência de narrativas alternativas e contestatórias. Redes sociais, blogs e podcasts ampliam a participação cidadã e promovem debates públicos sobre eventos históricos, desafiando a hegemonia das interpretações oficiais. No entanto, a democratização da memória por meio digital não é isenta de riscos: a proliferação de desinformação, a fragmentação do público e a desigualdade no acesso às plataformas digitais indicam que a reconfiguração da memória histórica permanece permeável a novas formas de manipulação e exclusão.

Em última análise, a memória histórica em África revela-se como um processo dinâmico, multidimensional e inseparável das estruturas de poder, da tecnologia e das práticas sociais. A sua construção exige uma análise crítica que reconheça a coexistência de múltiplas vozes e experiências, a tensão entre hegemonia e contestação e a interdependência entre memória, política e media. Compreender este processo é essencial para avaliar a forma como sociedades africanas constroem narrativas sobre o seu passado, promovem a cidadania e consolidam democracias inclusivas e reflexivas, capazes de integrar tanto a diversidade histórica quanto os desafios contemporâneos.

O Papel da Comunicação Política na Legitimação ou Contestação do Poder

A comunicação política constitui um instrumento central na construção e manutenção da legitimidade do poder, sobretudo em contextos democráticos e pós-coloniais africanos. Habermas destaca que “a esfera pública⁷, enquanto espaço de deliberação racional, é o locus onde a opinião pública se forma e se torna capaz de influenciar decisões políticas, sendo os media elementos estruturantes desta dinâmica, ao organizar a circulação de informações e opiniões” (Habermas, 2006, p. 89). Esta análise revela que a comunicação política não apenas transmite mensagens, mas também molda percepções sobre o poder e a autoridade, legitimando ou contestando governos através da interação com os cidadãos.

Em contextos africanos, a legitimação do poder passa pela gestão estratégica de narrativas políticas que articulam memória histórica, identidade nacional e expectativas sociais. Golooba-Mutebi argumenta que “os governos em Uganda e Ruanda utilizam a comunicação política para reforçar a sua legitimidade, promovendo mensagens que enfatizam a reconstrução nacional, a estabilidade e a reconciliação, ao mesmo tempo que minimizam ou controlam narrativas críticas” (Golooba-Mutebi, 2013, p. 38). Tal estratégia demonstra que a comunicação política é simultaneamente um mecanismo de coesão social e de regulação simbólica do poder, especialmente em sociedades marcadas por conflitos históricos e divisões étnicas.

O advento das tecnologias digitais e das redes sociais transformou significativamente as dinâmicas de contestação e legitimidade política em África. Mudhai afirma que “as redes sociais permitem que movimentos sociais e cidadãos comuniquem de forma imediata, visibilizando injustiças e promovendo campanhas de pressão política que desafiam a hegemonia do Estado ou de elites tradicionais” (Mudhai, 2011, p. 104). Este fenómeno evidencia a emergência de um espaço público digital, no qual a contestação política se

⁷ A esfera pública é entendida como o espaço social e comunicacional onde circulam discursos, opiniões e narrativas sobre a história, o poder e a vida política, resultante da interação entre cidadãos, media, instituições e movimentos sociais. Trata-se de um campo de disputa simbólica no qual se constroem consensos, se expressam conflitos e se questiona a legitimidade das autoridades, sendo profundamente influenciado pelos media tradicionais e, de forma crescente, pelas plataformas digitais. Neste contexto, a esfera pública africana revela-se plural, desigual e em permanente transformação, refletindo tensões entre heranças coloniais, dinâmicas democráticas e processos de globalização.

articula com estratégias de mobilização e monitorização de poder, potencializando a transparência e ampliando a participação do cidadão.

O poder simbólico dos media tradicionais continua a influenciar a percepção pública do poder, sobretudo através da seleção de notícias e da cobertura de escândalos. Thompson observa que “os escândalos políticos são amplificados pelos media, tornando visíveis as falhas dos governantes e transformando episódios isolados em narrativas que questionam legitimidade e autoridade, mesmo em contextos de controle institucional sobre a informação” (Thompson, 2000, p. 23). Desta forma, os media não são apenas canais de comunicação, mas atores que estruturam o debate público e moldam a legitimidade política ao evidenciar ou ocultar comportamentos do poder.

A comunicação política é também um instrumento para a gestão da memória colectiva e da narrativa histórica. Mbembe sustenta que

a forma como o passado é apresentado pelos líderes e pelos media influencia diretamente a legitimação do poder presente, pois interpretações estratégicas de eventos históricos podem reforçar ou enfraquecer a autoridade do Estado, consolidando regimes através da construção de sentidos compartilhados que moldam identidades nacionais e expectativas sociais, enquanto excluem ou marginalizam interpretações dissidentes que poderiam questionar a narrativa oficial e desestabilizar o consenso sobre a autoridade governamental (Mbembe, 2001, p. 117).

Isto revela a interdependência entre história, memória e comunicação política, sobretudo em sociedades pós-coloniais, onde o passado ainda exerce influência sobre a confiança nas instituições.

A contestação política, por seu turno, encontra na comunicação uma ferramenta estratégica. Chipkin afirma que “movimentos críticos, organizações da sociedade civil e cidadãos utilizam os media para expor desigualdades, denunciar abusos e promover debates sobre responsabilidade política, construindo assim uma forma de legitimidade alternativa que desafia narrativas oficiais” (Chipkin, 2007, p. 92). Esta análise evidencia que a legitimidade

política não é monopolizada pelos governos; ela emerge da interação entre atores institucionais e sociais, com media e tecnologias digitais como mediadores centrais.

Em muitas democracias africanas, os governos procuram controlar a narrativa política mediante regulação e censura seletiva. Falola e Afolabi argumentam que “a manipulação de conteúdos mediáticos e a promoção de narrativas favoráveis ao poder constituem estratégias fundamentais para manter apoio popular e neutralizar vozes dissidentes, sobretudo em contextos em que a contestação se intensifica” (Falola e Afolabi, 2005, p. 57). A comunicação política, nestas circunstâncias, funciona como instrumento de gestão simbólica, influenciando percepções e construindo legitimidade de forma estruturada e planificada.

O impacto da comunicação digital na contestação política não se limita à divulgação de informações; envolve também a criação de identidades colectivas e mobilização social. Mudhai salienta que

as redes sociais permitem que movimentos sociais e cidadãos comuniquem de forma imediata, visibilizando injustiças e promovendo campanhas de pressão política que desafiam a hegemonia do Estado ou de elites tradicionais, ao mesmo tempo que criam novas formas de organização e mobilização comunitária, estabelecendo redes transnacionais de solidariedade e amplificando vozes marginalizadas que anteriormente não tinham acesso ao espaço público, contribuindo para uma esfera pública mais inclusiva e participativa (Mudhai, 2011, p. 115).

Este fenómeno sublinha a importância da comunicação política no reforço do poder participativo e na construção de uma cidadania crítica, capaz de influenciar decisões governamentais.

A comunicação política também é moldada pela cultura política e pela história de cada país africano. Golooba-Mutebi aponta que “as estratégias comunicacionais são profundamente enraizadas nas experiências históricas de conflito e reconciliação, refletindo a necessidade de consolidar narrativas que promovam coesão nacional, mas sem ignorar o pluralismo de vozes e perspectivas” (Golooba-Mutebi, 2013, p. 41). Isto demonstra que a

comunicação política não opera num vácuo, mas interage com estruturas culturais, históricas e sociais, sendo uma ferramenta de legitimação ou contestação cuidadosamente calibrada.

O papel da comunicação política na formação de opinião pública evidencia a interdependência entre media, política e sociedade. Habermas acrescenta que “uma esfera pública saudável depende da circulação aberta e crítica de informação, onde os cidadãos têm acesso a múltiplas perspectivas e podem deliberar racionalmente sobre questões de interesse colectivo” (Habermas, 2006, p. 95). Este princípio reforça a ideia de que a comunicação política não é apenas instrumento de propaganda, mas também mecanismo de responsabilização e debate democrático.

A legitimidade política é constantemente negociada entre governos, media e cidadãos, numa dinâmica de poder que combina coerção, persuasão e participação. Thompson observa que

a visibilidade pública de líderes e instituições, mediada pelos media, determina em grande medida a percepção de legitimidade, construindo imagens que os cidadãos aceitam ou contestam com base em confiança, ética e desempenho percebido, sublinhando que o poder simbólico da comunicação política é central na manutenção e contestação da autoridade e que os media atuam como mediadores críticos na interação entre governantes e governados (Thompson, 2000, p. 68).

Tal análise evidencia a centralidade da comunicação política na construção social do poder e da autoridade.

Finalmente, a comunicação política constitui um campo de tensão permanente entre legitimação e contestação, onde estratégias governamentais, movimentos sociais e media interagem de forma complexa. Falola e Afolabi sintetizam que “a comunicação política em África é simultaneamente instrumento de consolidação do poder e ferramenta de resistência, evidenciando que a legitimação e a contestação são processos em contínua negociação, moldados pelas tecnologias, cultura e história” (Falola e Afolabi, 2005, p. 61). Este entendimento reforça a necessidade de análise crítica sobre como a comunicação política constrói e desafia estruturas de poder no continente africano.

Em suma, a comunicação política em África revela-se como um campo de disputa constante entre legitimação e contestação do poder, no qual governos, media e cidadãos interagem de forma complexa. O exercício da autoridade não depende apenas da coerção institucional ou da propaganda, mas da capacidade de construir narrativas que conectem passado, memória coletiva e expectativas sociais. Assim, a comunicação política transforma-se num mecanismo central para a consolidação da legitimidade e para a criação de consensos, mas também como arena de contestação que questiona, negocia e redefine relações de poder.

A emergência das plataformas digitais e dos novos media ampliou o espectro da participação política, permitindo que cidadãos e movimentos sociais desafiem narrativas oficiais e criem espaços alternativos de debate público. Este fenómeno demonstra que a legitimidade política não é um atributo unidimensional do Estado, mas um produto de interações contínuas entre atores institucionais e sociais. Ao mesmo tempo, evidencia tensões e desigualdades no acesso à informação, bem como a vulnerabilidade das narrativas alternativas à desinformação e à manipulação.

A comunicação política é igualmente mediada por contextos históricos, culturais e sociais específicos, o que implica que estratégias de legitimação ou contestação não podem ser universalizadas. Cada sociedade africana negocia o poder político de acordo com experiências históricas, conflitos passados e estruturas culturais locais, tornando a comunicação política um instrumento sofisticado de gestão simbólica e social. A capacidade de mediar memória histórica, mobilizar apoio popular e influenciar perceções é determinante para a estabilidade, mas também para a transformação social.

Por fim, compreender o papel da comunicação política na legitimação e contestação do poder exige uma abordagem crítica que reconheça a complexidade da interação entre media, tecnologia, cultura e política. A construção de legitimidade e a contestação não são processos isolados, mas dinâmicos, contextuais e interdependentes, exigindo que se analisem as múltiplas camadas de influência que moldam o poder em África. Esta perspectiva permite apreender a comunicação política não apenas como instrumento de governo, mas como campo de tensão, criatividade e resistência social.

Desafios e Oportunidades da Comunicação Digital na Preservação e Contestação Histórica

A comunicação digital afirma-se, no contexto contemporâneo africano, como um instrumento estratégico na preservação e contestação da memória histórica, ao introduzir novas dinâmicas de produção, circulação e apropriação das narrativas do passado. Castells destaca que “as redes de indignação e esperança configuram-se como espaços de mobilização política em que cidadãos conectados podem desafiar estruturas de poder tradicionais, criando simultaneamente comunidades de sentido em torno de eventos históricos, memórias coletivas e reivindicações sociais, num processo em que a comunicação em rede redefine a relação entre poder, história e ação coletiva” (Castells, 2015, p. 47). Esta perspectiva evidencia que a comunicação digital não se limita à difusão de informação, mas transforma profundamente a forma como os cidadãos interpretam o passado e o mobilizam como recurso político.

As redes sociais assumem um papel central na formação da consciência cívica e na amplificação de vozes historicamente marginalizadas. Tufekci destaca que “plataformas como Twitter e Facebook facilitam a emergência de protestos em rede, permitindo que múltiplos atores partilhem experiências históricas e políticas, organizem ações coletivas e questionem interpretações dominantes do passado” (Tufekci, 2017, p. 53). Este fenómeno demonstra que a comunicação digital contribui para a democratização do acesso à memória histórica, criando arenas públicas onde os cidadãos participam ativamente na produção de sentidos históricos e na disputa simbólica sobre o legado político e social.

No contexto africano, marcado por longos períodos de exclusão, censura e controlo informativo, o impacto da comunicação digital sobre a memória pública assume particular relevância. Visser e Matthee sublinham que “os media digitais funcionam como ferramentas de preservação histórica, permitindo que indivíduos e comunidades documentem experiências locais, promovam narrativas alternativas e desafiem versões oficializadas de eventos políticos” (Visser & Matthee, 2018, p. 79). Assim, a comunicação digital abre possibilidades inéditas para a pluralização da memória histórica, valorizando experiências subalternizadas e ampliando o reconhecimento de trajetórias coletivas frequentemente omitidas pelas narrativas oficiais.

A contestação histórica mediada digitalmente não se restringe à palavra escrita, integrando formatos multimodais como vídeos, podcasts e arquivos audiovisuais. Ojo sustenta que “os podcasts e os blogs oferecem uma plataforma para vozes não hegemônicas, criando arquivos de memória coletiva acessíveis globalmente, onde os cidadãos podem questionar interpretações dominantes e construir narrativas próprias sobre eventos históricos” (Ojo, 2019, p. 61). Esta multiplicidade de formatos amplia a capacidade de participação cívica, tornando o espaço público digital mais inclusivo, interativo e sensível à diversidade de experiências históricas.

Apesar das oportunidades, a comunicação digital enfrenta desafios significativos no que respeita à veracidade da informação e à proliferação de desinformação. Castells alerta que “a mesma rede que possibilita a democratização da memória pode ser instrumentalizada para disseminar narrativas falsas ou manipuladas, colocando em risco a integridade histórica e a confiança pública nas fontes digitais” (Castells, 2015, p. 102). Tal realidade evidencia que o potencial emancipatório da comunicação digital depende da existência de competências críticas, literacia mediática e mecanismos de responsabilização informacional.

As dinâmicas de poder continuam a moldar o espaço digital, mesmo em contextos de aparente liberdade comunicativa. Tufekci argumenta que “as plataformas digitais são mediadas por algoritmos e políticas corporativas que podem privilegiar certas narrativas sobre outras, tornando a contestação histórica dependente de estruturas invisíveis de filtragem e visibilidade” (Tufekci, 2017, p. 115). Esta constatação demonstra que a comunicação digital não elimina as assimetrias de poder, mas as reconfigura, exigindo uma análise crítica das infraestruturas tecnológicas que condicionam a circulação da memória histórica.

A comunicação digital contribui igualmente para o reforço da relação entre memória histórica e identidade coletiva. Visser e Matthee afirmam que “a construção de memória através de media digitais contribui para a afirmação de identidades culturais e comunitárias, ao permitir que grupos registrem, preservem e partilhem suas histórias num contexto global” (Visser & Matthee, 2018, p. 85). Este processo evidencia que a memória histórica digital não é apenas informativa, mas profundamente identitária, funcionando como mecanismo de coesão social e afirmação cultural.

A mobilização política online encontra-se intimamente ligada à contestação histórica, uma vez que as plataformas digitais permitem a articulação de protestos e debates públicos em escala ampliada. Ojo observa que “a comunicação digital cria redes de solidariedade transnacionais que amplificam questões históricas locais, permitindo que movimentos sociais desafiem governos e instituições, promovendo justiça histórica e responsabilização política” (Ojo, 2019, p. 68). Tal dinâmica reforça a interdependência entre memória, comunicação e ação política no espaço digital.

Entre os desafios mais relevantes destaca-se a preservação a longo prazo da informação histórica digital. Castells adverte que “arquivos digitais podem ser apagados, censurados ou perdidos, tornando urgente o desenvolvimento de estratégias de preservação que garantam que memórias coletivas permaneçam acessíveis para futuras gerações” (Castells, 2015, p. 123). Este problema técnico revela a necessidade de políticas públicas e infraestruturas institucionais que assegurem a sustentabilidade da memória histórica digital.

A comunicação digital promove ainda uma transformação significativa no papel dos cidadãos, que deixam de ser meros receptores de informação. Tufekci afirma que “os cidadãos deixam de ser meros receptores da informação para se tornarem co-criadores de narrativas, contribuindo com relatos, documentos e análises que desafiam interpretações dominantes e enriquecem a memória coletiva” (Tufekci, 2017, p. 136). Esta mudança redefine o espaço público, reforçando a centralidade da participação cidadã na construção da memória histórica.

A utilização de media digitais na preservação histórica está igualmente associada à educação e à formação cívica. Visser e Matthee defendem que “projetos digitais educativos permitem aos jovens explorar a história de forma crítica, analisando múltiplas perspetivas e fomentando uma consciência cívica baseada na participação e no debate informado” (Visser & Matthee, 2018, p. 91). Este aspeto evidencia o potencial pedagógico da comunicação digital na construção de uma cidadania historicamente consciente e politicamente activa.

Por fim, Ojo sintetiza que “a comunicação digital constitui um espaço de tensionamento entre hegemonias históricas e vozes emergentes, oferecendo simultaneamente oportunidades de preservação, contestação e democratização da memória histórica, mas exigindo uma cidadania crítica e informada” (Ojo, 2019, p. 72). Esta perspectiva reforça a

necessidade de compreender a comunicação digital como um campo ambivalente, marcado por possibilidades emancipadoras e riscos estruturais.

Em suma, a comunicação digital introduziu uma transformação profunda nos modos de preservação e contestação da memória histórica em África, ao descentralizar a produção narrativa e ampliar os espaços de participação cidadã. Ao permitir que indivíduos e comunidades historicamente marginalizadas registrem e difundam as suas experiências, as tecnologias digitais desafiam a hegemonia das narrativas oficiais e contribuem para a pluralização da memória coletiva. Este processo representa uma rutura significativa com modelos tradicionais de construção histórica, fortemente centralizados e controlados por elites políticas e mediáticas.

Contudo, a democratização da memória histórica no espaço digital não ocorre de forma automática nem isenta de tensões. As desigualdades no acesso às tecnologias, a influência de algoritmos e a proliferação de desinformação revelam que o espaço digital é igualmente atravessado por relações de poder que condicionam a visibilidade e a legitimidade das narrativas históricas. Assim, a contestação histórica digital pode tanto fortalecer a cidadania crítica quanto reproduzir novas formas de exclusão simbólica.

A comunicação digital deve, portanto, ser compreendida como um campo de disputa contínua entre preservação, manipulação e reinvenção da memória histórica. O seu potencial emancipador depende da capacidade dos cidadãos de desenvolver competências críticas, bem como da existência de políticas públicas e iniciativas institucionais que garantam a preservação, a credibilidade e o acesso equitativo à informação histórica. Sem estes elementos, a memória digital corre o risco de se tornar fragmentada, efémera e vulnerável à instrumentalização política.

Em síntese, os desafios e oportunidades da comunicação digital na preservação e contestação histórica revelam que a memória não é apenas um legado do passado, mas um recurso estratégico no presente. A forma como as sociedades africanas utilizam as tecnologias digitais para narrar, questionar e preservar a sua história terá implicações diretas na consolidação da democracia, na construção da cidadania e na afirmação de identidades coletivas plurais e inclusivas.

Considerações Finais

A análise conduzida evidencia que a comunicação política desempenha um papel central na construção e contestação da memória histórica em África, constituindo-se como um elemento estruturante para a compreensão das práticas democráticas contemporâneas. O estudo demonstra que os media tradicionais e digitais não funcionam apenas como canais de transmissão de informação, mas como mediadores ativos das percepções históricas e políticas, moldando interpretações coletivas que influenciam diretamente a participação cidadã e a legitimação do poder.

Constata-se que a reconfiguração da memória histórica através dos media permite uma articulação complexa entre narrativas coloniais, pós-independência e contemporâneas, evidenciando tensões entre discursos oficiais e vozes alternativas. Os jornais, rádio e televisão, aliados às plataformas digitais, contribuem para a produção de narrativas plurais, mas permanecem sujeitos a influências políticas, econômicas e culturais que condicionam a forma como a história é apresentada e interpretada. Este fenómeno sublinha a importância de uma análise crítica das fontes mediáticas e da vigilância sobre os processos de construção discursiva.

A comunicação política revela-se igualmente como instrumento estratégico para a legitimação ou contestação do poder. A investigação mostra que governos e movimentos sociais empregam práticas comunicacionais específicas para consolidar autoridade, mobilizar apoio e influenciar percepções públicas, mas também para desafiar hegemonias, denunciar injustiças e promover alternativas políticas. Este duplo papel evidencia a interdependência entre memória, narrativa e exercício do poder, demonstrando que o processo democrático está intrinsecamente ligado à forma como a história é comunicada e apropriada pelos cidadãos.

A emergência das tecnologias digitais cria oportunidades inéditas para a preservação e contestação histórica, ao permitir que conteúdos, debates e memórias sejam disseminados para públicos mais amplos e diversificados. As redes sociais, blogs e podcasts constituem espaços de articulação social e de engajamento político, promovendo a formação de consciências críticas e estimulando a participação cidadã. No entanto, a digitalização da memória histórica também apresenta desafios significativos, como a desigualdade de acesso,

a fragmentação informacional e a propagação de conteúdos manipulados, que podem comprometer a construção de uma narrativa confiável e democrática.

A investigação evidencia que a comunicação política e a mediação histórica estão interligadas com processos de construção de identidade coletiva. A forma como as narrativas são produzidas, selecionadas e difundidas influencia a percepção do passado, molda valores cívicos e legitima ou questiona estruturas de poder. Neste contexto, o fortalecimento das capacidades críticas do público constitui um requisito essencial para a promoção de uma cidadania activa e informada, capaz de interagir de forma consciente com os discursos históricos e políticos.

A análise também destaca a necessidade de uma abordagem ética e responsável na comunicação política. A manipulação da memória histórica, seja através da omissão de acontecimentos significativos, seja através da promoção de narrativas tendenciosas, compromete a credibilidade das instituições democráticas e dificulta a consolidação de práticas participativas e inclusivas. Tornar a comunicação política transparente e responsável é, portanto, um passo indispensável para a construção de processos democráticos sólidos e confiáveis.

Outro aspecto relevante reside na articulação entre educação, mediação histórica e participação cívica. As instituições educativas e culturais desempenham papel decisivo na formação de cidadãos conscientes da sua história e do seu papel no espaço público. A integração de conteúdos que promovam a compreensão crítica das narrativas coloniais e pós-coloniais contribui para a formação de uma memória histórica coletiva capaz de sustentar valores democráticos, estimular o debate público e consolidar mecanismos de responsabilização política.

A investigação revela também que a comunicação digital amplia a capacidade de expressão das vozes historicamente marginalizadas, incluindo grupos sociais, comunidades locais e movimentos de juventude. Estes atores podem, através de ferramentas digitais, contestar narrativas dominantes, construir espaços de memória alternativa e fomentar a participação cívica. Este fenómeno evidencia que a democratização da memória histórica depende, em grande medida, da acessibilidade às tecnologias de informação e da literacia digital da população.

Observa-se, ainda, que a interação entre memória histórica e comunicação política influencia diretamente os processos de legitimação democrática. A promoção de narrativas inclusivas e plurais contribui para o reconhecimento da diversidade cultural e histórica, reforçando a legitimidade do sistema político. Por outro lado, a instrumentalização política da história, através da propagação de narrativas hegemónicas ou revisionistas, compromete a confiança pública e limita a participação cidadã, fragilizando a própria democracia.

O estudo sublinha que a construção de uma democracia africana robusta exige a valorização das narrativas locais e a incorporação crítica das experiências históricas no debate público. A comunicação política desempenha um papel estratégico nesse processo, ao mediar relações entre passado e presente, entre cidadãos e instituições, e ao fomentar o exercício consciente da cidadania. A articulação entre comunicação, memória e democracia torna-se, assim, essencial para a promoção de sociedades mais justas, inclusivas e participativas.

Adicionalmente, a investigação aponta para a necessidade de políticas públicas e iniciativas institucionais que incentivem a literacia histórica e digital, garantindo que os cidadãos possam aceder, compreender e avaliar criticamente os conteúdos mediáticos e digitais. O fortalecimento da capacidade analítica da população constitui um mecanismo de proteção contra a desinformação e um fator determinante para a consolidação de práticas democráticas sustentáveis.

Em síntese, os resultados evidenciam que a comunicação política e a construção da memória histórica em África constituem processos interdependentes, complexos e estratégicos para o desenvolvimento democrático. A promoção de narrativas inclusivas, a valorização da diversidade cultural e histórica, a integração das tecnologias digitais e a formação de cidadãos críticos emergem como elementos centrais para a construção de democracias resilientes, participativas e legitimadas. A reflexão apresentada neste estudo oferece, assim, contributos teóricos e metodológicos relevantes para pesquisadores, profissionais de comunicação e formuladores de políticas, consolidando um diálogo profícuo entre memória, mediação e democracia no contexto africano.

Referências

ASSMANN, A. (2011). **Memória cultural e civilizações antigas: Escrita, lembrança e imaginação política**. Cambridge University Press.

BANDA, F. (2019). **Novos media, história pública e construção da identidade nacional em África**. Revista de Estudos de Media Africanos, 11(3), 301–320.

CASTELLS, M. (2015). **Redes de indignação e esperança: Movimentos sociais na era da Internet**. Polity Press.

CHIPKIN, I. (2007). **Os sul-africanos existem? Nacionalismo, democracia e memória do apartheid**. Wits University Press.

COMAROFF, J., & COMAROFF, J. L. (2006). **Lei e desordem na pós-colônia**. University of Chicago Press.

FALOLA, T., & AFOLABI, N. (2005). **A política da história e da memória em África**. Carolina Academic Press.

GOLOOBA-MUTEBI, F. (2013). **Comunicação política e legitimidade em África: Perspectivas de Uganda e Ruanda**. Política Comparada e da Commonwealth, 51(1), 34–55.

HABERMAS, J. (2006). **A transformação estrutural da esfera pública: Uma investigação sobre uma categoria da sociedade burguesa**. MIT Press.

HOBSBAWM, E., & RANGER, T. (Eds.). (2012). **A invenção da tradição**. Cambridge University Press.

MANO, W. (2016). **O papel do rádio na construção da memória pós-colonial no sul de África**. Pesquisa em Comunicação Africana, 9(2), 45–68.

MBEMBE, A. (2001). **Sobre a pós-colônia**. University of California Press.

MUDHAI, O. F. (2011). **Ativismo digital e mudança política em África: O caso das redes sociais**. Revista de Estudos de Media Africanos, 3(1), 101–120.

NYAMNJOH, F. B. (2005). **Media em África: Democracia e política do pertencimento**. Zed Books.

NYAMNJOH, F. B., & PAGE, B. (2002). **Media e democracia em África**. Revista Africana de Media, 10(2), 1–20.

OJO, T. (2019). **Redes sociais e mobilização política em África: Oportunidades e desafios**. Revista Africana de Ciência Política, 14(2), 56–74.

OLORUNNISOLA, A. O., & HANUSCH, F. (2014). **História comparativa dos media: África, Europa e Estados Unidos**. Routledge.

THOMPSON, J. B. (2000). **Escândalo político: Poder e visibilidade na era dos media**. Polity Press.

TUFEKCI, Z. (2017). **Twitter e gás lacrimogéneo: O poder e a fragilidade da protesta em rede**. Yale University Press.

VISSER, W., & MATTHEE, M. (2018). **Media digitais e construção da memória pública em África**. Revista Sul-Africana de Teoria e Pesquisa em Comunicação, 44(1), 77–95.